



ENSINO MÉDIO: NOVOS SENTIDOS E NOVAS PERSPECTIVAS

Simone de Sousa Barbosa e Silva

Resumo

O presente artigo é fruto da análise bibliográfica e experiência profissional de atuação no Ensino Médio. O presente estudo visa apresentar uma breve contextualização histórica do Ensino Médio e sua trajetória de desafios. Além desse indicativo, o artigo apresenta perspectivas para essa modalidade de ensino o que, como enfatiza KRAWCZYK (2011) "para pensar o ensino médio é necessário ousar. Não há que ser econômico em ideias, nem em ações, mudanças, formação e orçamento." Nesse sentido, abordamos também sobre o novo PNE (2014-2024), que trata em sua Meta 3, especificamente sobre o Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino Médio. Educação. Perspectivas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma incursão em estudos no que se refere ao percurso do Ensino Médio no Brasil apontando sua evolução histórica bem como o contexto atual em que se encontra. Considerando que é a etapa final da Educação Básica conforme a LDBN 9394/96 é caracterizado como a última etapa da mesma.

Nesse sentido, o Ensino Médio torna-se marcado por uma trajetória de inúmeras questões conflituosas e inquietantes que ainda não foram totalmente resolvidas.

Sendo assim, compreende-se a importância que o mesmo têm no contexto das políticas educacionais sendo as suas contribuições necessárias para que se efetive uma reformulação capaz de atender às demandas sociais, econômicas e culturais que são significativamente importantes para um processo de educação pública e de qualidade e a garantia do direito à educação para todos os jovens que se encontram na faixa etária correspondente ao mesmo que é de 15 a 17 anos.

1 - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO MÉDIO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, o Ensino Médio se apresenta como a etapa final da educação básica, sendo esta também constituída pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental. A mesma lei garante também a obrigatoriedade da educação em sua composição.

O Ensino Médio, como pudemos comprovar através do levantamento bibliográfico realizado, ao longo da sua trajetória foi marcado por constantes mudanças em sua forma de organização. Desde os primórdios da história da educação brasileira, encontramos um modelo de educação voltado essencialmente para a classe dominante, para a elite.

Essa forma de organização trouxe para o embate educacional alguns desafios a serem enfrentados como sua expansão, acesso e permanência e sua universalização, onde todos os jovens tivessem acesso à essa etapa da educação básica.

O marco inicial da expansão do Ensino Médio no Brasil quando ainda era chamado de ensino secundário, se deu a partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos, quando então foi implantado o ensino profissionalizante para que esse atendesse aos jovens das classes populares. Os demais, que faziam parte da elite brasileira, cursavam o ensino propedêutico que preparava para a vida acadêmica, para os vestibulares.

Segundo Felipe:

A reforma educacional Francisco Campos (1930/1931) e a reforma das leis Orgânicas de Ensino (1942/1943) evidenciam que o ensino médio [...]

possuía apenas a função de preparar para o ensino superior e só abrigava alunos das camadas sociais superiores economicamente. Os alunos de classes trabalhadoras acabavam por frequentar os cursos profissionalizantes que, embora de nível médio, eram fechados, não permitindo passagem para outros tipos de ensino. (FELIPPE, 2000, p. 85)

Nessa perspectiva, podemos afirmar que durante um bom tempo o ensino se dividia entre aquele destinado à elite e outro que se destinava à classe trabalhadora.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, LDBN 9394/96, temos a proposição de novos objetivos para o Ensino Médio que são assim definidos em seu Art. 35:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

É observável que esses objetivos contemplados na referida lei são abrangentes e dá ao Ensino Médio um caráter diferenciado do que vinha se mantendo ao longo da sua história. Vislumbramos nos mesmos, uma intenção na tentativa de "romper a dicotomia entre ensino profissionalizante ou preparatório para o ensino superior." (MOEHLECKE, 2012).

As finalidades descritas visam atender a uma nova demanda educacional e econômica no qual são exigidas um novo perfil de pessoas a atuarem no contexto social atual.

2 - CONTEXTO ATUAL

Um dos desafios que ainda temos no Ensino Médio diz respeito à sua universalização, ou seja, garantir que todos os jovens em idade de 15 a 17 anos estejam frequentando a escola nessa modalidade de ensino que se tornou obrigatória a partir da Emenda Constitucional nº59, de 2009.

Neste sentido, KRAWCZYK esclarece que:

A expansão do ensino médio, iniciada nos primeiros anos da década de 1990, não pode ser caracterizada ainda como um processo de universalização nem de democratização, devido às altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola [...] (KRAWCZYK, 2011,p.755)

A literatura estudada nos mostra que o crescimento de matrículas obtido no Ensino Médio se deu a partir da melhoria do Ensino Fundamental onde houve maior concentração de esforços das políticas educacionais uma vez que os dados estatísticos indicavam sérios problemas na alfabetização das crianças.

Esse fato resultou numa demanda maior no número de matrículas no Ensino Médio mas ainda não garante a sua universalização. Milhares de jovens ainda se encontram fora da escola conforme nos mostra os dados do PNAD 2011, revelados abaixo:

Cerca de 1,7 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos estão fora da escola, segundo dados da Pnad 2011, e, entre os que estão matriculados, 35,2% (em torno de 3,1 milhões) ainda frequentam o ensino fundamental – etapa que deveria estar concluída idealmente aos 14 anos de idade completos. Além disso, 31,1% dos alunos que cursam o ensino médio (cerca de 2,6 milhões) encontram-se em situação de atraso escolar, de acordo com o Censo Escolar de 2012. (UNICEF, 2014, p.10).

É perceptível que mesmo com as mudanças ocorridas até então, essa modalidade de ensino ainda tem muito a ser profundamente marcado por uma reformulação que atenda aos desafios ainda presentes.

Nessa perspectiva, o novo Plano Nacional de Educação, Lei Nº. 13.005 de 25/06/2014, destina-se a Meta 3, especificamente para o Ensino Médio e traz em seu enunciado:

universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). (PNE, 2014)

Para o alcance dessa meta foram traçadas 14 (quatorze) estratégias voltadas para a renovação dessa modalidade de ensino, principalmente no tocante à correção do fluxo e a busca pelos jovens que ainda se encontram fora das instituições escolares e incluídos no processo de formação básica.

3 - PERSPECTIVAS

Nesse processo de análise sobre o Ensino Médio não podemos desconsiderar do contexto a questão da formação de professores para atuarem nessa modalidade. O que presenciemos no cotidiano escolar são professores desmotivados e desatualizados em relação à demanda atual que se estabelece tendo em vista uma nova configuração do jovem em nossa sociedade.

Além dessas questões abordadas anteriormente, os docentes ainda se deparam com questões estruturais e organizacionais como precárias condições de trabalho, gestão ainda ineficiente e a desvalorização da profissão.

Avançando um pouco mais para o interior da escola, chegamos à sala de aula onde os problemas e desafios continuam. Dentre eles a questão da indisciplina, relação professor-aluno e o uso do celular. Esse último tem se tornado um sério desafio para os professores tendo em vista que o uso do mesmo tornou-se generalizado por todos os jovens e adolescentes.

No contexto das dificuldades apresentadas, que não se esgotam apenas nas citadas, o Ministério da Educação (MEC) instituiu através da Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que contempla, dentre outras ações, a Formação Continuada do professor.

O referido programa tem como objetivos (MEC, 2013):

- Promover melhoria da qualidade do Ensino Médio;
- Ampliar os espaços de formação de todos os profissionais envolvidos nesta etapa da educação básica;
- Desencadear um movimento de reflexão sobre as práticas curriculares que se desenvolvem nas escolas;
- Fomentar o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral, conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Os objetivos do programa de Formação Continuada também é direcionado para a efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituída através da Resolução CEB/CNE nº 2 de 30 de janeiro de 2012.

As Diretrizes nos apontam que outro grande desafio é avançar no sentido de promover uma educação que possibilite a formação integral de forma que o currículo atenda às novas demandas sociais e culturais, capazes de preparar o jovem para as outras instâncias da vida quer seja no mundo do trabalho, quer seja no prosseguimento dos seus estudos.

Nesse sentido, não podemos deixar de enfatizar que a questão da formação de professores é crucial para o sucesso de qualquer projeto educacional, pois são eles que efetivamente têm em mãos o trabalho árduo de promover a socialização do conhecimento bem como articular todo o processo de formação pelo qual deve passar o jovem.

4 - CONSIDERAÇÕES

Podemos perceber através da abordagem realizada que o Brasil, apesar de toda uma base legal constituída, ainda não conseguiu efetivar o Ensino Médio conforme a particularidade que o mesmo requer.

Para além dos dilemas e desafios citados, será necessário um esforço ímpar no sentido de que as políticas educacionais promovam realmente uma transformação positiva nessa modalidade de ensino capaz de responder às especificidades e definir uma identidade própria.

Muito mais que garantir sua expansão e universalização, a questão da qualidade do ensino a ser oferecido deverá ser um processo que contemple as potencialidades humanas e a emancipação do jovem.

Com a recente publicação do PNE (2014-2024), almejamos que o mesmo possa efetivar as mudanças necessárias tão almejadas por educadores e pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): MEC, 1996.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília (DF): 2014.

_____. Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. Brasília (DF): MEC, 2013.

FELIPPE, Beatriz Triccerri. Refletindo sobre o Ensino Médio brasileiro. Caderno de Pesquisas Ritter dos Reis. Porto Alegre: v.3, nov.2000.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. Cadernos de Pesquisa. v. 41, nº 144. Set./Dez. 2011.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. Revista Brasileira de Educação. v.17, nº49. Jan-Abr. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Geraldo Bastos. A educação secundária: perspectiva histórica e teórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v.94. (Atualidades Pedagógicas).

Volpi, Mário. Silva, Maria de Saete. Ribeiro, Júlia(Org.). 10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos – 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.